

“Falar em moratória é uma provocação”

O ministro Ernane Galvães, da Fazenda, considerou ontem “uma provocação” a afirmativa de que o Brasil terá que recorrer à moratória de sua dívida externa caso não consiga obter o superávit comercial de US\$ 6 bilhões este ano. Segundo ele, “não se deve confrontar o país com essa afirmação negativa, quase que desmoralizante”.

Mesmo com essa observação, a pergunta voltou a ser formulada ao ministro: se o superávit não for conseguido, o que o país vai fazer? “Eu nem discuto essa premissa. Nós vamos fazer o superávit de US\$ 6 bilhões, o resto é conversa, é provocação”, respondeu.

RECURSOS

Galvães informou que ainda ontem ingressaram no país cerca de US\$ 200 milhões do empréstimo de emergência concedido pelo Tesouro dos Estados Unidos, no montante de US\$ 400 milhões. Esses recursos foram concedidos para ajudar o país a saldar os seus compromissos internacionais, até que comece a ingressar o dinheiro do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Brasil já recebeu, segundo o ministro, US\$ 275 milhões da primeira parcela do acordo ampliado de ajuda econômica, e outra parcela no valor de US\$ 165 milhões deverá ingressar no próximo dia 15 de março. Além disso, o país sacou a segunda parte do “compensatory financial” (empréstimo compensatório por conta da queda do valor das exportações brasileiras em 1982) do FMI, no valor de US\$ 512 milhões.

Os recursos que estão ingressando deverão ser utilizados para saldar parte dos empréstimos anteriormente feitos pelo Tesouro dos Estados Unidos e pelo BIS (Banco Internacional de Compensações), dentro do seguinte esquema: do total dos recursos do programa ampliado de ajuda do FMI (US\$ 440 milhões), o governo deverá retirar US\$ 400 milhões para pagar o BIS; do dinheiro do “compensatory financial”, o governo deverá destinar US\$ 400 milhões para pagar o Tesouro dos EUA.

Com todos esses pagamentos, o ingresso líquido de divisas no país até o próximo dia 15 de março será de apenas US\$ 112 milhões. Esses recursos, segundo o ministro da Fazenda, serão utilizados para reformar as reservas internacionais do país, que estão muito baixas.

Galvães disse também que o governo brasileiro pretende proteger o pagamento do empréstimo feito pelo BIS ao país (no montante de US\$ 1,45 bilhão) e que um pedido nesse sentido já foi encaminhado aos vários países que compõem aquele organismo internacional. Mas, o ministro da Fazenda não quis informar se o BIS já tomou alguma decisão sobre essa questão.